



INCLUSÃO DO SURDO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-REFLEXIVA ACERCA DA INCLUSÃO DOS SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE SÃO LUÍS - MARANHÃO.¹

Adriane Leão de Sousa²
Adriana da Silva Dias³

RESUMO

Este artigo aborda a Educação Especial e Inclusiva na perspectiva de analisar o processo de inclusão dos deficientes – surdos – na escola pública regular de ensino e, traçar um plano de intervenção de caráter conscientizador para os membros da escola. O trabalho caracteriza-se de uma pesquisa bibliográfica, para assim, compreendermos os contextos históricos da Educação Especial e Inclusiva na sociedade contemporânea, e, sobretudo, entender o processo de inclusão desses sujeitos no sistema regular de ensino. Por outro lado, fundamenta-se em uma pesquisa de campo em uma escola pública estadual de São Luís - MA, com o propósito de avaliar as práticas pedagógicas utilizadas pela escola no processo de inclusão. Além disso, analisa-se a presença dos profissionais especializados na Língua Brasileira de Sinais – Libras, que fazem parte do corpo docente dessa escola, assim como, acessibilidade, interação social, atenção e valorização para com os deficientes, mais especificamente os surdos – público visado em questão. Sendo assim, foi possível identificar que a escola tem pontos positivos no que concerne à inclusão, a saber: estrutura arquitetônica que favorece todos os estudantes, profissionais qualificados, gestão democrática, dentre outros. Nessa direção, destaca-se também as lacunas encontradas, tais como: a dificuldade da comunicação entre os professores e os alunos ouvintes com os alunos surdos, pela falta de domínio da Língua Brasileira de Sinais.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Surdo, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade educacional pautada no ensino-aprendizagem de educandos com necessidades educacionais especiais, sejam essas dificuldades na aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Apesar de haver leis que garantem uma educação de qualidade ao público especial, as execuções dessas leis não são postas em vigor nas instituições educacionais - públicas e

¹ Artigo baseado em resultados finais de um projeto de intervenção desenvolvido durante a Disciplina de Núcleo Comum - Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva.

² Graduanda do Curso de Letras Português na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís/MA. Brasil. Autor principal Email: adrianeleao.sousa1@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís/MA. Brasil. Coautor Email: adrianadias93@gmail.com;



privadas - fazendo com que o ensino seja prejudicado, e a interação/comunicação entre os membros da escola não exista.

Levando em consideração o público que precisa e é atendido pela Educação Especial e Inclusiva, escolheu-se, no referido plano de intervenção, trabalhar com a comunidade surda, uma vez que se percebeu a importância de dar-se visibilidade à inclusão e à comunicação dos surdos. Além disso, é de suma relevância clarificar que quando se fala em educação da comunidade surda surgem diversas indagações sobre certo ou errado, quando, na realidade, todas as escolas precisam organizar-se, considerando três critérios: a valorização de conteúdos escolares, a relação conteúdo-cultura surda e a interação por intermédio da Libras— a qual vem ser o ponto de partida para discutir a educação para surdos.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo fundamenta-se em analisar a inclusão dos surdos em três salas de aula de Ensino Médio, do ensino regular, de uma escola pública estadual de São Luís – MA. Assim como, tem-se por finalidades específicas apresentar os processos históricos da inclusão no Brasil, identificar como a inclusão dos surdos ocorre em uma escola da rede pública estadual em São Luís/MA e, a partir das percepções adquiridas na pesquisa de campo, trabalhar o processo de conscientização com os docentes e discentes acerca da inclusão dos surdos no âmbito escolar e social por meio de palestras educativas, visando o entendimento da construção social do surdo, seus direitos educacionais prescritos nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 e na Declaração de Salamanca (1994).

Por outro lado, entende-se que os estudos acerca da Educação Inclusiva são de extrema relevância para os envolvidos neste plano de ação, uma vez que são pessoas que almejam uma educação para todos, bem como, o despertar da criticidade, tolerância, conscientização e respeito às diferenças. Sendo assim, esse trabalho foi realizado pelos respectivos autores durante a disciplina Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, tendo como público alvo os alunos do Ensino Médio. Desse modo, a relevância em escolher esta modalidade de ensino deu-se em razão desses educandos iniciarem, assim como concluírem esse ciclo estudantil compreendendo a inclusão, direitos dos deficientes e, acima de tudo, construírem ou despertarem pensamentos crítico-reflexivos acerca da temática.

Dessa maneira, durante e após o desenvolvimento das ações foi possível identificar que a escola usa das políticas públicas de inclusão para os deficientes, mas ainda caminha a passos lentos. Entre os pontos positivos é oportuno ressaltar: a estrutura arquitetônica da instituição, profissionais qualificados, inclusão dos surdos junto aos outros educandos, e uma gestão democrática, na qual o diálogo se faz presente. Dos pontos negativos, é válido salientar que os



alunos ouvintes, assim como os professores, ainda interagem de maneira superficial com os alunos surdos, por não dominarem ou terem o mínimo conhecimento da Língua Brasileira de Sinais.

METODOLOGIA

Este artigo teve como cunho metodológico inicial a pesquisa bibliográfica, que “é desenvolvida com base em material já elaborado.” (GIL, 2002, p. 44) como: livros, revistas, jornais, sites etc., para o entendimento do tema e elaboração da fundamentação teórica. Através destas leituras e reflexões foi possível abordar os marcos históricos sobre a educação inclusiva no mundo e no Brasil, assim, descrever como a educação inclusiva acontece na prática da sala de aula na escola.

Por outra via, este trabalho dispõe de um caráter exploratório e é qualitativo. Segundo Yin (2005), o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. É exploratório pois, segundo Gil (2010), visa buscar um maior conhecimento do tema escolhido, proporcionando maior simplificação e assim torná-lo o mais claro possível. Por outro lado, o propósito dos dados qualitativos discorre “em compreender: este é o verbo da pesquisa qualitativa. Compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente.” (MINAYO 2014, p.24).

Dessa forma, tendo em vista as ações desejadas, pretendeu-se articular o desenvolvimento, o crescimento e o progresso da capacidade crítico-reflexiva dos alunos, aumentar o acervo de conhecimentos acerca da inclusão, sua origem, principais marcos históricos e legais e consequências da exclusão para os alunos especiais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao falar das políticas de inclusão escolar no campo da Educação Especial no Brasil é importante fazer uma linha do tempo questionando os aspectos históricos e políticos contemporâneos da sociedade. Nessa perspectiva, Leitão (2001, p.12) “considera que a Educação Especial sai de seu espaço pedagógico escolar e amplia sua atuação no campo do conhecimento com ênfase na análise da ‘situação social’ do sujeito considerado deficiente.”



Nessa direção, entende-se, também, que a educação brasileira é alicerçada de longos processos históricos de desigualdades sociais, entre esses está o dualismo de classes, o qual demarca espaços para os sujeitos que não fazem parte do modelo social vigente. Por essa via, salienta-se que esse dualismo de classes é, por via de regra, reproduzido culturalmente pela escola, que mantêm a ordem social vigente e, sistematicamente, naturaliza as desigualdades sociais existentes no país.

E nesse contexto, Bourdieu (2007) ressalta que a escola é uma mera reprodução das desigualdades sociais, e essa materializa-se por meio do discurso meritocrático, no qual a cultura da classe dominante distancia o subalterno de determinados espaços dentro da sociedade. No que se refere o discurso hegemônico da classe dominante, as oportunidades existem, porém esses sujeitos que não conseguem encaixar-se no ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, o atraso escolar é justificado pela derrapagem do aluno e, para o autor, esse processo de eliminação é caracterizado de violência simbólica.

Diante desse contexto, salienta-se que a escola está distante da igualdade. E, no que tange à educação para os deficientes, existe, ainda, uma resistência no processo de inclusão – a saber, esse ato segregacionista para com os deficientes não é um fenômeno do atual contexto social, contudo, desde os primórdios da formação da sociedade. Tem-se como um exemplo a Idade Média, como bem destaca Cardoso:

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma de uma mesma categoria a dos excluídos. Então, deviam ser afastados do convívio social ou, mesmo sacrificados (CARDOSO, 2003, p.16)

Percebe-se aqui, a religião sendo capaz de legitimar valores e determinar padrões comportamentais no ser humano justificado através da fé e remissão dos pecados. Nesse sentido, é oportuno ressaltar que as mulheres, dentro desse contexto, eram consideradas inúteis para a maternidade, assim como as crianças, principalmente do sexo masculino – que, se porventura não conseguissem tornar-se homens robustos para servir à sociedade, esses não ganhariam ascensão nos cargos públicos. Entretanto, essa separação entre os seres deu-se de maneira bem específica, tais vítimas eram pessoas que pertenciam à classe menos abastarda.

Nesse contexto, entende-se que o processo de exclusão das pessoas com deficiências foi perfilado num processo histórico-social, no qual as crenças, as diferenças socioeconômicas, sociais e de gênero separaram os sujeitos socialmente. Além disso, é válido destacar que a segregação das pessoas com deficiências foi construída também com ênfase no patológico, que



se materializou na medicina, pedagogia, religião e poder econômico que se estendeu desde o início da Idade Média até final do século XVIII.

Segundo Brasil (2008), o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto Benjamin Constant – IBC, e o instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e em 1945 é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. E nessa direção ressalta Chahini (2006):

Somente no século XX, é que a institucionalização dessas pessoas começou a ser criticamente examinada. Glat (1995) informa que a partir da segunda metade do século, principalmente, com o desenvolvimento da psicologia da aprendizagem da linguística, da análise experimental do comportamento e outras ciências afins, começaram a surgir propostas educacionais alternativas de atendimento, onde se percebeu que o “deficiente” podia aprender. (2006, p.26)

Sendo assim, foi a partir dos anos de 1970 que a Educação Especial ganhou olhares positivos no Brasil. Tais mudanças educacionais deram-se a partir do Estado Novo, em que se inicia uma integração desses sujeitos com a criação de Emendas Constitucionais e diversas organizações que visavam à inclusão.

Por outro lado, em 1994 na cidade Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho em uma Conferência Mundial de Educação Especial, aconteceu um reconhecimento da necessidade e urgência de providenciar uma educação para todos – crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. A Declaração de Salamanca, de 1994, atuou como um divisor de águas na educação das pessoas com deficiências, pois asseguraria e organizaria recomendações que deveriam ser guiadas pelos órgãos educacionais.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), nasce um novo pensar em relação à Educação Especial, no qual as orientações educacionais estão fundamentadas para uma ação em nível nacional, por exemplo, política e organização, fatores relativos à escola, recrutamento e treinamento de educadores, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias e requerimentos relativos aos recursos. Além de suscitar orientações para ações em níveis regionais e internacionais.

Com esses marcos históricos, a Educação Especial foi ganhando seu espaço e a visibilidade que merece e deve ter na sociedade. E, voltando-se, especificamente, à educação dos surdos, a Lei nº 10.436, de 2002, também conhecida, vulgarmente, como a Lei da Libras,



reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Tomando como ponto de partida a Lei, observa-se que a partir desse marco a comunidade surda começou a ser incluída na esfera social – ainda há medidas que devem ser tomadas para que os surdos sejam efetivamente incluídos.

A referida Lei garante que todos os lugares devem dispor de intérpretes de Libras, e que o poder geral e empresas concessionárias de serviços público devem promover formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002). O que é de suma importância, pois não existe inclusão sem comunicação e interação entre surdos e ouvintes, portanto a inclusão vai além da integração e a Libras é o ponto primordial para iniciar e perseverar no processo de inclusão do surdo no Brasil.

Dessa forma, pode-se afirmar que ainda está em um processo de acesso, permanência e conclusão quando se fala na Educação Especial, porque apesar das políticas educacionais e da Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de fevereiro de 2001 (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica), que assegura os direitos das pessoas com atendimento especial no âmbito escolar e no ambiente de trabalho, ainda não existe o processo efetivo da inclusão.

E, mesmo existindo Leis, Diretrizes e Órgãos que asseguram as pessoas com deficiência, ainda existe a segregação em ambientes institucionais e na sociedade como um todo. Os seres vistos como “diferentes” ainda são estereotipados e considerados inaptos para adentrar em determinados eixos sociais, principalmente no que concerne o ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura física da escola pesquisada é composta por: biblioteca, laboratório de informativa, laboratório de ciências, auditório, sala de estudos e uma quadra em baixas condições de uso. No entanto, de modo geral, a escola conta com a infraestrutura acessível, pois possui rampas, corrimãos e um ambiente espaçoso para quaisquer eventualidades e possíveis futuros projetos de acessibilidade.

Enquanto prática educativa, a instituição adota a tendência pedagógica tradicionalista, a qual visa a preparação dos alunos para alcançarem um cargo socialmente, o que inclui a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio e vestibulares afins por meio de simulados realizados mensalmente e aulas descritivas, ou seja, conteudistas. Ademais, apresenta no seu



calendário atividades que buscam pesquisa e a inserção dos alunos na autonomia do seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, defende a educação como direito de todos, dever do estado e da família, com a colaboração da sociedade. Nesse contexto, visando o conceito de democratização da educação, essa acaba tornando-se um dever de todos da sociedade, com o objetivo de desenvolver plenamente o indivíduo social, qualificá-lo para o âmbito trabalhístico e torná-lo um cidadão, isto é, clarificar a ideia de que possuem direitos e deveres na sociedade/comunidade em que vivem.

Dessa maneira, com o objetivo de incluir e permitir o acesso e permanência à escola, criou-se a existência de uma modalidade transversal de educação, a chamada Educação Especial e Inclusiva, a qual busca propiciar educação aos deficientes e pessoas com transtornos e altas habilidades/superdotação. Com isso, o Governo Federal assegura a existência de profissionais especializados e capacitados para intermediar essa educação ao público especial. E, a escola em questão disponibiliza essa forma de educação, apresentando, assim, cerca de 10 alunos surdos distribuídos nas três salas de ensino e intérpretes concernentes a cada uma, fazendo rotação com o objetivo de serem conhecidos e acolhidos pela comunidade surda e ouvinte.

O Dia Nacional do Surdo é comemorado no dia 26 de setembro de 2019, essa data simboliza e homenageia a luta e a conquista de todos surdos por seus direitos e uma inclusão digna. Essa comemoração é realizada no mês de setembro em virtude da criação da fundação do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857, e nesse mês a comunidade surda participa constantemente de palestras e eventos que visam a criação de escolas bilíngues, isto é, com especialidade em Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa.

Dessa maneira, o mês dessa data comemorativa recebeu a cor azul como modo de divulgação e conscientização e a escolha foi resultante de um acontecimento da II Guerra Mundial, evento histórico em que os judeus eram marcados com uma estrela de Davi em suas vestimentas e todos os indivíduos que apresentassem alguma deficiência receberia uma faixa de cor azul como modo de identificação para os nazistas. Em contrapartida, o azul é simbolizado, na comunidade surda, por ser uma cor viva, vibrante, de luta e orgulho da vasta cultura do mundo surdo, tendo como sua principal representante a Língua Brasileira de Sinais.

Sendo assim, visando o contexto histórico importante para a comunidade surda, a Escola Pública Estadual do Maranhão reservou um dia, mais especificamente o dia 27 de setembro de 2019, para expor a cultura surda para todas as classes que compõem a Instituição. O trabalho foi realizado pelos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, e a fim de concretizarem a ação



dotaram de recursos metodológicos, tais como: folder relatando o processo histórico da educação para os surdos, o alfabeto sinalizado; palavras sinalizadas, que estavam diretamente ligadas ao ambiente escolar e números.

Assim, o momento de interação foi de extrema relevância, pois, os alunos participaram ativamente, alguns estudantes faziam perguntas e tiravam dúvidas acerca das palavras em Libras, por exemplo, sexo, camisinha, pênis, vagina e dentre outros. Além disso, ao decorrer da explanação, houve a explicação dos falsos cognatos na Língua Brasileira de Sinais, isto é, palavras que possuem a sinalização muito parecida e, por vezes, acabam causando confusão na comunicação, a saber - pênis, água, sexo e estudar.

Ademais, os alunos ouvintes solicitaram para os intérpretes ensinar a sinalização das saudações básicas, pois, os mesmos tinham o desejo e a curiosidade de comunicar-se com os surdos na sala de aula por meio dos sinais e não de gestos. Assim sendo, as saudações ensinadas foram: bom dia, boa tarde, boa noite, boa madrugada, saúde, desculpas, prazer em conhecer, obrigada, por favor, com licença, abraço e tchau.

Nessa perspectiva, a comemoração do Dia do Surdo na escola em estudo, deu-se devido o processo de inclusão dos alunos surdos na escola e com a finalidade de conscientizar os ouvintes que os surdos possuem assim como todos, o direito ao respeito, educação, interação social e valorização dentro do espaço escolar. Além disso, incentivá-los a familiarizar-se com a Língua Brasileira de Sinais, para assim, melhorar a comunicação entre os surdos e os ouvintes, e, dessa forma, diminuir a exclusão entre ambos os públicos.

A segunda etapa desse trabalho, consiste em uma entrevista com a coordenadora geral do Centro de Apoio à Pessoa com Surdez – CAS, que foi concretizada na Escola Pública Estadual do Maranhão. Algumas perguntas sobre a educação inclusiva e especial, como se estabelece o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, rendimento escolar, atuação de professores especializados e interação social. Foram estabelecidas as seguintes perguntas e as respectivas respostas.

1) Como os professores comportam-se frente à educação inclusiva?

Os professores regentes são acessíveis quanto à inclusão e dividem seu espaço de aula com os interpretes normalmente, uma vez que a tradução da língua portuguesa para a Libras possibilita a interação entre professor e aluno, assim como aluno surdo com aluno ouvinte, isto é, funciona como um intermédio entre as pessoas envolvidas no âmbito escolar.

2) Há a existência de professores que não apoiam a liberação de horários para conscientização da educação inclusiva?



Caso exista, não deixam explícito. Para ser sincera, se a gestão estabelece um cronograma, evento e caso esse demande disponibilização de horário, assim deve ocorrer pois é necessário que haja o cumprimento de ordens e a opinião da maioria. E por uma causa maior, o professor que não apoia a conscientização ou quaisquer outros tipos de atividades fora do plano de aula, deve compreender que ele tem um aluno surdo na sala de aula e que, de maneira direta, ele também deve aprender a se comunicar e ensinar esse aluno.

3) Como se estabelece o processo de ensino-aprendizagem dos surdos?

O processo de ensino-aprendizagem é relativo de aluno para aluno, seja ouvinte ou surdo. Às vezes, há alunos surdos que se saem melhor que ouvintes, mas cabe destacar que não há métodos que priorizem os surdos ou tornem o ensinamento mais fácil, eles aprendem como qualquer outro aluno da instituição, apenas com a tradução da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais.

4) Em relação às notas e provas dos alunos surdos, o resultado é positivo ou negativo?

Assim como o processo de aprendizagem, em relação às notas e provas também é relativo, em razão de que cada aluno possui um contexto social, apoio ou não da família, assim como também esforço e capacidade de assimilar muitos conteúdos ao mesmo tempo. Há vezes em que o rendimento dos surdos está melhor, quando comparado aos dos ouvintes, ressalta-se que a maioria das provas são as mesmas, com o argumento de que a Língua Portuguesa não pode ser substituída pela Língua Brasileira de Sinais e as alterações são realizadas quanto a letra da avaliação e também buscar levar objetos concretos que facilitem o entendimento da avaliação.

5) O apoio da família influencia no rendimento e processo de ensino-aprendizado dos surdos?

O apoio familiar é de extrema importância, pois ocasiona em melhorias ou estagnações no processo de ensino aprendizagem. Tem-se como exemplo disso um aluno, ano passado, que era surdo e considerado o melhor aluno da instituição, mas caso fosse analisar o seu contexto encontraria a família presente juntamente com a escola. Quando a família não participa e não possui esse feedback com a escola, é notório alguma dificuldade no aluno, seja na aquisição da Língua Portuguesa ou até mesmo da Língua de Sinais, uma vez que inúmeras vezes o aluno surdo – sem acompanhamento familiar – não entende a sinalização dos intérpretes, sendo assim não consegue estabelecer comunicação.

6) Existe a interação social entre ouvintes e surdos no âmbito escolar?



A interação entre os alunos é muito efetiva, pois os ouvintes incluem os surdos em seus diálogos e esses se sentem à vontade para estabelecer comunicação e isso ocorre até mesmo pela curiosidade dos colegas em aprender o básico da Língua Brasileira de Sinais. Um exemplo disso, é o horário do intervalo, que eles ficam no pátio conversando e rindo, todos juntos. Entretanto, há uma especificação quanto aos surdos, pois alguns são mais introvertidos, retraídos e preferem não estabelecer contato com os outros colegas de turma.

7) A escola oferece algum projeto ou curso de extensão de libras para os ouvintes, com o objetivo de estabelecer a inclusão?

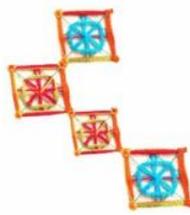
Não, até o momento. Mas como a escola está aumentando seu índice de inclusão, a gestão já pensou em um projeto de oficinas constantes para promover um curso básico de Libras com o objetivo de retirar a dependência dos intérpretes para estabelecer a comunicação e também com que essa flua de forma correta. Pensa-se, para o segundo semestre do ano que vem, uma vez que o calendário letivo da escola se encontra lotado, pois os alunos têm simulado, provas mensais e bimestrais, além de projetos de culminância com temas digestivos da direção. Contudo, planejasse criar oficinas para aprendizagem da Língua de Sinais, nem que seja apenas para as turmas que possuem surdos em sua composição.

8) Quanto a presença dos intérpretes na escola, é a Secretaria de Educação que aciona o Centro de Apoio à Pessoa Surda para informar a existência de alunos surdos na escola?

Quando há a matrícula de pessoas surdas na escola, automaticamente a gestão envia o pedido de intérpretes para a Secretaria de Educação e essa disponibiliza. A distribuição dos intérpretes se estabelece a partir da localidade de cada um, ou seja, sempre trabalham em uma escola próximo à residência, informando assim as características da instituição e diagnóstico do público surdo presente.

Por outro lado, após a participação na data comemorativa aqui citada e após desenvolver a entrevista acima, partiu-se para a proposta de intervenção na escola, a qual foi realizada por meio de uma distribuição de um texto do autor Mário Quintana intitulado de “Deficiências” e um bate-papo com os discentes da instituição durante o intervalo das aulas. Dialogamos com os discentes acerca do texto e da sua importância para o contexto social vigente e para a comunidade em que estavam inseridos.

Em contextualização, o poema “Deficiências”, de Mário Quintana, aborda a temática das deficiências no que se refere um olhar diferenciado, colocando como deficiente aquela pessoa que não é capaz de ser humana, aquele humano sem a empatia com o outrem e, o autor alerta que deficiências éticas e comportamentais são mais destruidoras quando comparadas as



deficiências físicas/cognitivas/mentais, já que essas são, na maioria das vezes, imperceptíveis a olho nu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, posterior às visitas ao espaço escolar e à finalização da intervenção, conclui-se que, apesar das lacunas que ainda se encontra no que se refere à Inclusão e à Educação Especial na escola pública, as oportunidades para as pessoas com deficiências caminham positivamente, embora sejam em passos lentos.

Considerando a perspectiva sócio-histórica que circundam essas pessoas, pode-se afirmar que se obtiveram avanços nessa direção. Mesmo assim, a escola ainda se distancia da verdadeira eficácia da inclusão, pois está condicionada às práticas educativas de um currículo engessado. O referido currículo é difundido em grande parte para alunos ditos “normais”, e a formação continuada dos professores embebe-se em lacunas referente à Educação Especial e Inclusiva.

Por essa via, constata-se uma inclusão caracterizada de exclusão em vários aspectos no Sistema Educacional que desemboca na prática pedagógica e social da escola. As políticas públicas ainda não foram suficientes para sanar as principais dificuldades das pessoas com deficiências em uma sala de aula regular de ensino da escola pública no Brasil.

Contudo, enquanto futuros professores, é pertinente aos licenciados uma conscientização do seu papel social e profissional acerca da Educação Especial e Inclusiva, visto que mesmo com as deficiências que englobam os contextos formativos, tais como: humanos, políticos, culturais, profissionais e curricular e dentre outros, ainda é papel social da escola difundir o conhecimento científico e social, e esse não pode estar vestido de um viés segregacionista.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de nov.2019.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CARDOSO, M. da S. **Aspectos Históricos da Educação Especial**: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBBAUS, C.D & MOSQUEIRA, J.J.M. Educação Especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, P.15-25.

_____, **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília: 1994.

CHAHINI, T.H.C. **Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luís – MA**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa Mestrado em Educação. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.p.200.

DEFICIÊNCIAS. **Recanto das letras**, São Paulo, 6 de ago. de 2006. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/210200>>. Acesso em: 26 de set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITÃO, A. L. **As políticas públicas de Educação Especial**. Dissertação de (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Pós-graduação em políticas. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2001.p.142.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.